



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 561/2017
PROTOCOLO Nº 17.981 /2017

LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE- EPP

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de copa e cozinha destinada ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação.

INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 24/11/2017 às 12:30 (doze horas e trinta minutos).

• **LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 07/12/2017 às 12:30 (doze horas e trinta minutos).

• **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 07/12/2017 às 12:35 (doze horas e trinta e cinco minutos).

• **ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Dia 07/12/2017 às 13:00 (treze horas).

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

• **TEMPO DA DISPUTA:** O tempo inicial da disputa será encerrado por decisão do(a) Pregoeiro(a), seguindo-se um tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos.

• **SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** www.licitanet.com.br

• **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na internet, nos sites www.licitanet.com.br e www.patosdeminas.mg.gov.br, ou na sala da Gerência de Compras e Licitação, à Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado – Patos de Minas/MG, de 12:00h até 18:00 horas.

• **ESCLARECIMENTOS:** e-mail compras@patosdeminas.mg.gov.br, telefones (34) 3822-9642 / 3822-9840 / 3822-9607, ou na sala da Gerência de Compras e Licitações.

• **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.



PREÂMBULO

O Município de Patos de Minas/MG, com endereço à Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado – Patos de Minas/MG, CEP 38.700-900, inscrito no CNPJ sob o nº18.602.011/0001-07, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Administrativo nº 561/2017, licitação** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 62/2017**, do **tipo menor preço por lote**, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21-06-93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520 de 17-07-02, Lei Estadual nº 14.167 de 10-01-02, Decreto Municipal nº 4.288 de 12-04-17, Lei Complementar nº 123 de 14-12-06 e Portaria n.º 3.751 de 19/04/2017 e suas alterações e demais condições fixadas neste edital. **Este procedimento licitatório é exclusivo para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, em conformidade e atendendo ao disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nos artigos 38 e 39 da Lei Complementar Municipal nº 355/2011.**

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Patos de Minas/MG e Equipe de Apoio, legalmente designados pela Portaria nº 3.751 de 19/04/2017 e suas alterações, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a “Plataforma LICITANET – Licitações On-Line” constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.

II – OBJETO

Aquisição parcelada de materiais de copa e cozinha destinada ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação.

Havendo qualquer divergência entre as especificações dos equipamentos constante do sistema LICITANET e as presentes neste edital, prevalecerão as últimas.

III - ÁREA SOLICITANTE

- Secretaria Municipal de Educação



- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IV - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1- Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, nos *sites* www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes e www.licitanet.com.br e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada (andar térreo) do Edifício-Sede da Prefeitura Municipal de Patos de Minas/MG. Caso haja interesse em adquirir o **edital impresso**, o licitante deverá procurar o Setor de Xerox da Prefeitura, situado à Rua Dr. José Olympio de Melo, nº. 151, 1º andar, onde será cobrado por folha xerocada.

2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos *sites* www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes e www.licitanet.com.br, bem como as publicações no Diário Oficial “Minas Gerais”, Diário Oficial da União, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

3 - Impugnações e esclarecimentos aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, inclusive licitante até 2 (dois) dias úteis que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico compras@patosdeminas.mg.gov.br, ou protocolizadas no Setor de Protocolos, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição.

3.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

3.2 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.

3.3 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



3.4 - A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 01 (um) dia útil, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

4 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos sites www.licitanet.com.br e www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes para conhecimento de todos os interessados.

V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação, toda e qualquer Pessoa Jurídica (**ME/EPP OU EQUIPARADAS**), que seja credenciada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O licitante deverá estar devidamente cadastrado junto à **LICITANET – Licitações On-line**, no sítio www.licitanet.com.br.

1.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica (www.licitanet.com.br).

1.4. O referido pagamento/remuneração que será realizado ao detentor da plataforma eletrônica possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

1.5. Correrá por conta das licitantes todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2 - Os licitantes deverão manifestar, em campo próprio do aplicativo, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

3 - Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação:

3.1 - Empresas em estado de falência, concordata ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.2 - Empresas que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar neste Município ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal. Será consultado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no site <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> a situação da empresa.



3.3 - Quaisquer servidores públicos vinculados ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;

3.4 - Empresas que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública;

3.5 - Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 180 (cento e oitenta) dias, anteriores à data da publicação deste edital.

3.6 - Empresas em consórcio¹;

3.7 – Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

4 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

VI - PROPOSTA COMERCIAL

1 - A Proposta Comercial, contemplando o **valor do item/lote**, deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura das propostas.

1.1 - Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o **valor do item/lote**;

1.2 - Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, **com no máximo 2 (duas) casas decimais**;

1.3 - O licitante deverá formular os lances referentes à integralidade do lote, não se admitindo propostas para fornecimento parcial;

1.4 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49

¹ **NOTA EXPLICATIVA:** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico.



da lei citada, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP;

1.5 - A proposta e os lances deverão conter todos os tributos inerentes ao produto/serviço ofertado.

2 - As Propostas Comerciais registradas no sistema, pelos licitantes, poderão ser substituídas ou excluídas até a data e horário definidos no Edital para sua abertura.

3 - O licitante classificado, detentor da proposta de menor preço, deverá encaminhar ao(a) Pregoeiro(a), por email: compras@patosdeminas.mg.gov.br, em até 4 (quatro) horas após o encerramento da sessão do Pregão, sua Proposta Comercial **AJUSTADA AO PREÇO FINAL e PROSPECTOS.**

4 - A Proposta Comercial, ajustada ao preço final, poderá ser apresentada conforme Modelo do **Anexo II**, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da empresa proponente, n.º do CNPJ, endereço, números de telefone e fac-símile, *e-mail* e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando:

4.1 - Descrição completa do objeto (marca/modelo) dos produtos/serviços ofertados, conforme especificações constantes dos Anexos I e II.

4.2 - Preço unitário e preço total de cada lote, expressos em numeral;

4.3 – O número do CNPJ deve ser o do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal eletrônica referente ao objeto licitado, indicação essa, indispensável para emissão do termo contratual, empenho da despesa e realização do pagamento nos termos do Título XV, deste edital.

5 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.



6.1 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Município de Patos de Minas.

6.2 - A prorrogação das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

7 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

8 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

9 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

10 - O preço do item/lote deverá ser cotado considerando-se a entrega/prestação do produto/serviço conforme descrito no Projeto Básico/Termo de Referência, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

VII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar por *e-mail* compras@patosdeminas.mg.gov.br ou pessoalmente na Sede da Prefeitura na Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial, a documentação abaixo relacionada:

1.1- PARA OS LICITANTES DEVIDAMENTE CADASTRADOS NESTA PREFEITURA:

a) Certidão de Registro Cadastral (C.R.C.)² emitido pelo Município de Patos de Minas/MG em vigor, sendo que o ramo de atividade deverá ser compatível ao objeto deste edital;

² NOTA EXPLICATIVA: - A apresentação do CRC não dispensa a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, ou instrumento público ou particular de procuração, ou Carta de Credenciamento, com vistas à conferência da assinatura do representante legal aposta nos documentos.
- No caso de não constar no CRC quaisquer documentos exigidos no item 1.1 deste Título, o licitante deverá complementar a documentação exigida.

- Para os documentos indicados no CRC que estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos



b) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente;

c) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social³ e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrada e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Prova de Inscrição no CNPJ expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da licitação;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

i) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

j) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá abranger quaisquer tributos municipais. Em caso de divisão da fiscalização tributária deverão ser apresentadas certidões relativas aos tributos mobiliários e imobiliários;

documentos, em vigor.

³ NOTA EXPLICATIVA: Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.



k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;

l) Declaração da empresa, conforme disposto no Inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (**ANEXO III**);

m) Declaração de Condição de ME ou EPP (**ANEXO IV**);

n) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

o) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce

junto à emitente).

1.2 - PARA OS LICITANTES AINDA NÃO CADASTRADOS NESTA PREFEITURA:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social⁴ e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrada e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

⁴ NOTA EXPLICATIVA: Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.



c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Prova de Inscrição no CNPJ expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da licitação;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, em vigor;

i) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá abranger quaisquer tributos municipais. Em caso de divisão da fiscalização tributária deverão ser apresentadas certidões relativas aos tributos mobiliários e imobiliários, em vigor;

j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;

k) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

l) Declaração da empresa, conforme disposto no Inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (**ANEXO III**);

m) Declaração de Condição de ME ou EPP (**ANEXO IV**);

n) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria



empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce

junto à emitente).

2 - O objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas a, b, c e d deste subitem (1.1 e 1.2) deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital;

3 - Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G(Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei 8.666/93.

4 - Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

5 - O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao *site* da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação;

5.1 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro (a), ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei 8.666/93, com exceção dos extraídos pela intranet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

5.2 - O(a) Pregoeiro(a), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original em 2 (dois) dias, com vistas à confirmação da autenticidade.



5.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

6 - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para o pagamento, se for o caso):

6.1 – Se o licitante for à matriz⁵, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

6.2 – Se o licitante for à filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

6.3 – Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7 – O licitante que ofertar o menor preço por lote e que não apresentar todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, poderá ser inabilitado, não se admitindo complementação posterior ao prazo máximo, estabelecido neste edital, para a apresentação da documentação, de acordo com o Título VII, item 8 e seus subitens;

8 - As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição;

⁵ NOTA EXPLICATIVA: Embora a matriz e a filial sejam estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário. Logo, se a filial for a empresa a ser contratada para executar o objeto, o documento de regularidade fiscal deve ser apresentado em nome e de acordo com o seu CNPJ.



8.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame na sessão do Pregão, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. A licitante declarada vencedora será notificada para no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, regularizar a documentação;

8.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;

8.3 - A não-regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas no subitem 9.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, com base no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9 - As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;

10 - **As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão Eletrônico;**

11- Constatado o pleno atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital e seus anexos, será declarado pelo(a) Pregoeiro(a) o vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto;

12 - Caso o proponente não atenda às exigências habilitatórias ou se não for possível assinar o contrato e/ou outro documento equivalente com o licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida;

13 - Na situação prevista no item acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;

14 - A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título, ou sua ausência, inabilitará o licitante, sendo aplicado o disposto no item 8 subitem 8.3.

VIII - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO



1 - O critério de julgamento será o de **menor valor total do item/lote**, devendo ser observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2 - Será desclassificada a Proposta Comercial que:

2.1 - não se refira à integralidade do objeto;

2.2 - não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

2.3 - que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescido dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93;

2.3.1 – Se o Pregoeiro(a) entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos;

2.3.2 – Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

2.4 - não indicar expressamente a **marca** do produto ofertado, ou acrescentar expressões como “referência”, “similar” ou “conforme nossa disponibilidade de estoque”. Em se tratando de serviços sugere-se colocar a expressão SV no campo marca.

3 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio.

3.1 - Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com (o) a Pregoeiro(a), após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

3.1.1 - Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

3.2 - Serão desconsiderados valores a partir da segunda casa decimal.

4 - O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.



5- Para cumprimento do disposto no art. 48 da Lei Complementar n.º 123, incisos I e III, O objeto desta licitação será com participação exclusiva para ME/EPP.

IX - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

1.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento a **LICITANET – Licitações On-line**.

1.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao e-mail **contato@licitanet.com.br**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

1.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a **LICITANET – Licitações On-line** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

1.5. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

X - PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos à fl. 1 deste edital.



1.1 - Informações relativas aos dados para acesso e encaminhamento da proposta, devem ser feitas na página inicial do *site* www.licitanet.com.br, opção “**Acessar Sistema**”.

2 - Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pelo(a) Pregoeiro(a), mantido o sigilo estabelecido pelo sistema.

3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital.

3.1 - O licitante deverá acessar o menu **Disputa** no campo correspondente, disponível na página inicial do *sistema*;

3.2 - O licitante poderá clicar no ícone “Sala de Disputa” para visualizar a relação dos lances, seus valores, bem como o valor do menor lance;

3.3- O sistema não divulgará a razão social das empresas licitantes.

4 - A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

6 - Durante o transcurso da etapa de lances, será informado, em tempo real, o valor do menor lance de cada licitante registrado pelo sistema.

7 - O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o lote.

8 - Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese do licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.

9 - Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação.

10 - A etapa inicial de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), **após a qual transcorrerá período de tempo randômico de até 30 (trinta) minutos, determinado pelo sistema eletrônico, durante o qual ainda será possível o encaminhamento de lances.**



10.1 - Encerrado o tempo randômico, automaticamente, pelo sistema, estará encerrada a recepção de lances.

11 - Havendo desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e será reiniciada, somente após marcação de nova data e horário, através de comunicação expressa aos licitantes.

12 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances e identificará o licitante que estiver nas condições de ME ou EPP.

13 - Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

14 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1 - A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

14.2 - Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

14.3 - Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 13 deste título, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

14.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.



14.5 - Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

14.6 - Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

15 - As etapas seguintes serão realizadas ainda na “sala de disputa” através da aba “Pendente”.

16 – Não serão adquiridos produtos/serviços que estiverem acima do valor de referência desta licitação.

17 - O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tiver apresentado o lance de menor preço via Chat, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação;

18 - O licitante detentor do menor preço poderá negociar com o(a) Pregoeiro(a) logo que o mesmo clicar no botão “Negociação”, podendo dar lances no local apropriado;

19 - Os licitantes, a qualquer momento, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a), via Sistema, acessando “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Essa opção ficará disponível até o momento em que o(a) Pregoeiro(a) declarar o licitante vencedor do lote. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata Parcial”;

20 - Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos no “Chat Mensagens”;

21 - Quando necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos;

22 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, o licitante deverá encaminhar ao(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação:

22.1 - No prazo máximo de 4 (quatro) horas após encerrada a sessão do Pregão, via email: compras@patosdeminas.mg.gov.br: a Documentação de Habilitação prevista no Título VII; a Proposta Comercial ajustada ao preço final, planilhas, prospecto, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do(s) objeto(s) e a Declaração do Anexo IV.



22.1.1 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro (a), ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei 8.666/93, com exceção dos extraídos pela intranet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

22.2 - O(a) Pregoeiro(a), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original em 2 (dois) dias, com vistas à confirmação da autenticidade.

22.3- Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

23 - Após a análise da proposta e da documentação enviada via email, o(a) Pregoeiro(a) poderá declarar o vencedor da disputa no sistema.

24 - Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de **10 (dez) minutos** clicando no botão **RECURSO**.

24.1 - O licitante interessado em recorrer deverá manifestar, **motivadamente**, a intenção de interpor recurso em local próprio sua intenção com registro da síntese das suas razões, **exclusivamente** via sistema, durante o prazo estipulado no Item 24, imediatamente posteriores ao ato do(a) Pregoeiro(a) que declarou o vencedor do certame, **sob pena de decadência do direito de recurso**;

a) Ao(a) Pregoeiro(a) caberá o juízo de admissibilidade.

a.1) Não serão recebidos recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

b) Aceito o recurso pelo(a) Pregoeiro(a), será facultado ao licitante juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis**.

c) Aos demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

24.2 - O licitante cuja Proposta Comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua intenção de interpor recurso.



25 - No caso de desclassificação da proposta de menor preço ou inabilitação do licitante, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste Edital.

25.1 - Nessa etapa o(a) Pregoeiro(a), também, poderá negociar o preço com o licitante, para que sejam obtidas melhores condições para o Município de Patos de Minas.

25.2 - Existindo ME ou EPP remanescente, no intervalo do empate ficto, ocorrendo a hipótese do *caput*, voltar-se-á a etapa correspondente ao subitem 14.1 deste título.

26 - O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando a mesma disponível para consulta no *site* www.licitanet.com.br;

26.1 - Quando necessário, o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão complementar as informações da Ata gerada pelo sistema LICITANET, por meio de Ata Interna, que será juntada aos autos referentes ao certame;

27 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da não observância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

XI - RECURSOS E CONTRARRAZÕES

1 - Os licitantes que tiverem manifestado, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a), após a declaração do vencedor, nos termos do item 22 do Título X, deverão apresentar suas razões no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a partir do dia seguinte à sua manifestação.

1.1 - Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

1.2 - No prazo recursal, fica assegurada vista dos autos.

1.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

2 - O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:



2.1 - ser dirigido aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), no prazo de até 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 1 deste Título;

2.2 - ser dirigido aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), nos casos de anulação ou revogação, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**;

2.3 - ser apresentado em uma via original ou via email, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado através de procuração ou cópia de contrato social.

3 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no subitem 2.4 acima.

4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5 - A decisão acerca de recurso interposto será comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico e divulgado no *site* desta Prefeitura e também no www.licitanet.com.br.

XII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIII - DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, e da proposta aceita.

1.1 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato ou instrumento equivalente.



1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

1.3 - Para assinatura do contrato/instrumento equivalente, poderá ser solicitado do licitante vencedor cópia autenticada de N.F(s) que comprove(m) o fornecimento do objeto informado no Atestado de Capacidade Técnica, que deverá (ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da solicitação, sob pena de não assinatura do contrato/instrumento equivalente e demais sanções legais.

2 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da expedição da comunicação para tal.

3 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

XIV - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da entrega/prestação dos produtos/serviços será exercida por representante da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93). A fiscalização será de responsabilidade da Diretoria Administrativa da SEMED.

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos/serviços em desacordo com o Contrato.

XV - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1 - São obrigações da CONTRATADA:

1.1 – Entregar/Prestar os produtos/serviços de acordo com o especificado neste Edital e seus anexos.



1.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao objeto contratado;

1.3 – Entregar/Prestar os objetos/serviços no local e prazo estipulado;

1.4 - Substituir, no prazo de determinado por este Município, o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo de valor.

1.5 Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato;

1.6- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato;

1.7- Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato;

1.8- Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

1.9- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;

1.10- Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;

1.11- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

1.12– Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega/prestação do produto/serviço seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial.



1.13 – Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, neste Edital e seus anexos.

2- São obrigações da CONTRATANTE:

2.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, podendo sustar ou recusar o produto em desacordo com as especificações;

2.2 - Proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega;

2.3 - Fiscalizar se os produtos estão sendo entregues conforme as especificações e exigências estabelecidas no contrato;

2.4 - Emitir Nota de empenho em favor da Contratada;

2.5 - Realizar o pagamento dos materiais, nos termos do contrato.

2.6 - Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.

XVI - DO PAGAMENTO

1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica no setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação/ nº, item do contrato, nº do contrato, preço unitário e preço total do(s) objeto(s)/serviço(s), devidamente atestada pelo setor competente da Contratante, acompanhada das seguintes comprovações: regularidade junto à Fazenda Federal/Seguridade Social (CND CONJUNTA), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Justiça Trabalhista (CNDT) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;

2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas.

3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.



4- A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

5- As notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua Proposta de Preços (Anexo II do edital) e documentos apresentados para habilitação, conforme exigido em edital.

6 - Os valores serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da lei 10.192/2001 e, no que com ela não conflitarem, com as disposições da Lei 8.666/93.

XVII. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As Despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária com a seguinte rubrica:

- 0211002.12.361.0016.2169.33.90.30 (Reduzida 1462).
- 0211002.12.361.0016.2169.44.90.52 (Reduzida 1469).
- 0211002.12.365.0016.2140.33.90.30 (Reduzida 1375).
- 0211002.12.365.0016.1142.44.90.52 (Reduzida 1503).

XVIII. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

1 - Executado o contrato ou instrumento equivalente, o seu objeto será recebido nas formas previstas no art. 73, inciso I ou II da Lei 8.666/93.

2 - O recebimento provisório do objeto do contrato ou instrumento equivalente não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas às seguintes condições estabelecidas no art. 73 da Lei 8.666/93.

3 - Será realizada fiscalização do(s) produto(s)/serviço(s) na entrega/prestação do(s) mesmo(s).

4 - Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal Eletrônica.

5 - Caso insatisfatórias as condições de recebimento será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo **o(s) objeto(s)**



rejeitado(s) ser(em) substituído(s) no prazo determinado por este Município, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

6 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

XIX - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - ÀS LICITANTES:

1.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 20% e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei nº 8.666/93, do art. 7º da Lei nº 10.520/02, **o ADJUDICATÁRIO que:**

a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

b) ensejar o retardamento da execução/prestação de seu objeto;

c) não mantiver a proposta;

d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;

e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

1.2 - Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

2 - À CONTRATADA:

2.1 - Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

2.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias



úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

b) advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

c) multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial;

d) multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo;

e) multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

f) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

2.3 - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

XX - DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante;

1.1 - Anexo I – Projetos Básico/Termos de Referência;

1.2- Anexo II - Proposta de Preços;

1.3 - Anexo III - Modelo de Declaração da empresa, conforme disposto no Inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

1.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

1.5 – Anexo V – Minuta de Contrato.

2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar a ata ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação



de prazo com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), este(a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

5 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

6 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

7 - O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo(a) Pregoeiro(a) ou Equipe de Apoio;

7.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

8 - As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no "Minas Gerais", Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93 e divulgadas no *site* www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes.



9 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

10 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Patos de Minas revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

11 - Para atender a seus interesses, o Município de Patos de Minas poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12 - O Município de Patos de Minas poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Patos de Minas-MG.

Patos de Minas, 21 de novembro de 2017.

JOSÉ MARTINS COELHO

Secretário Municipal de Administração – Autoridade Competente

ELIS ANGELA ALVES

Pregoeira



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2017

Processo Nº 561/2017

Protocolo: 17.981/2017

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição parcelada de materiais de copa e cozinha destinada ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação.

2. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A aquisição em referência visa suprir as necessidades de consumo da Secretaria Municipal de Educação em suas Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil.

A aquisição dos utensílios de copa e cozinha se dará por meio de processo licitatório a ser implementado pelo MUNICÍPIO de Patos de Minas, via utilização de Pregão (Lei Federal nº 10.520/02, Lei Estadual nº 14.167/02 e Decreto Municipal nº 4.288/17).

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os itens serão:

Item	Unid	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor total
42883	unid	50	BACIA PLASTICA REDONDA CANELADA NA COR BRANCA,COM DIMENSOES 11X30 CM,CAPACIDADE 4,6 LTS.	5,08	254,00
42884	Unid.	70	BACIA PLASTICA REDONDA CANELADA NA COR BRANCA, DIMENSÕES 13,6 X 35 CM,CAPACIDADE 08 LTS ,MATERIA PRIMA POLIPROPILENO.	11,98	838,60
38073	Unid.	42	BACIA PLÁSTICA REDONDA MÉDIA, PARA USO COM ALIMENTOS, EM POLIPROPILENO, COM AS DIMENSÕES: 15CM DE ALTURA, 38CM DE DIÂMETRO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 17 LITROS.	7,12	299,04
44838	Unid.	55	BANDEJA BRANCA COM TAMPA, EM POLIPROPILENO,MEDINDO :10CM DE ALTURA/29CM DE LARGURA/41 CM DE PROFUNDIDADE/CAPACIDADE PARA 07 LTS.	15,51	853,05
38076	Unid.	55	BANDEJA MÉDIA, EM POLIPROPILENO, BRANCA, MEDINDO 40CM DE COMPRIMENTO, 25CM DE LARGURA E 7CM DE ALTURA.	17,83	980,65
38077	Unid.	51	BANDEJA PEQUENA, EM POLIPROPILENO, BRANCA, MEDINDO 30,2CM DE COMPRIMENTO, 20,8CM DE LARGURA E 6,3CM DE ALTURA.	16,09	820,59
34014	Unid.	25	CANEÇÃO DE ALUMÍNIO EXTRA POLIDO DE 2 MM, COM ALÇA EM BAQUELITE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 2,7 LITROS	30,35	758,75
38068	Unid.	90	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA PRODUZIDA EM MATÉRIA PRIMA VIRGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, COM TAMPA E FECHAMENTO HERMÉTICO, ATÓXICO, TIPO TOP STOCK MATERIAL RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 1,5 LITROS NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 17,5CM, 14,9 CM,6,3CM .	16,57	1.491,30
38070	Unid.	57	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA PRODUZIDA EM MATÉRIA PRIMA VIRGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, COM TAMPA E FECHAMENTO HERMÉTICO, ATÓXICO, TIPO TOP STOCK MATERIAL RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 5,2 LITROS NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 14,0CM, 28,5 CM,20,5CM.	27,35	1.558,95



38071	Unid.	55	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA PRODUZIDA EM MATÉRIA PRIMA VIRGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, COM TAMPA E FECHAMENTO HERMÉTICO, ATÓXICO, TIPO TOP STOCK MATERIAL RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 20 LITROS NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 46CM, 30 CM,20CM.	49,80	2.739,00
42885	Unid.	155	CAIXA VAZADA EMPILHAVEL,MATERIAL PE-AD(POLIETILENO ALTA DENSIDADE),MEDINDO 60CM COMPRIMENTO,40CM DE LARGURA E 24CM ALTURA, PESO DE 02 KG,COR AZUL	44,30	6.866,50
42886	Unid.	1100	COLHER DE SOBREMESA,TODA EM AÇO INOXIDAVEL(INCLUSIVO CABO),SEM EMENDAS,MEDINDO 17,8 CM DE COMPRIMENTO E 2,5 MM DE ESPESSURA.	3,03	3.333,00
38055	Unid.	3600	COLHER PARA SOPA, TODA EM AÇO INOXIDÁVEL (INCLUSIVE CABO), SEM EMENDAS, MEDINDO19,8CM DE COMPRIMENTO, ESPESSURA 2,5MM.2,983,80	4,07	14.652,00
36601	Unid.	1500	GARFO DE MESA, TOTALMENTE EM AÇO INOXIDAVEL(INCLUSIVE CABO),PEÇA ÚNICA SEM EMENDAS,MEDINDO: 19,9CM DE COMPRIMENTO,2,5MM DE ESPESSURA.INOX AISI 304 OU 430.	3,69	5.535,00
42887	Unid.	70	COLHER DE SERVIR ALUMINIO BATIDO,SEM REBITE,SEM SOLDA,SEM ENGATES, SEM EMENDAS,MEDINDO 30 CM COMPRIMENTO,02MM ESPESSURA,06 CM DE DIAMETRO(a parte mais larga),TOLERANCIA DE + OU -10%.	23,42	1.639,40
42888	Unid.	60	CONCHA,EM ALUMINIO BATIDO ,SEM REBITE,SEM SOLDA,SEM EMENDAS,MEDINDO 30CM,03MM DE ESPESSURA E CAPACIDADE DE 100ML,TOLERANCIA DE + OU- 10%.	24,65	1.479,00
38078	Unid.	3500	COPO DE VIDRO TEMPERADO 200ML COM REFERENCIA - 6 3/4 OZ - 20 CL H 145 MM - Ø 58,3 MM - 190G.	1,11	3.885,00
42889	Unid.	50	CONCHA EM INOX,COM AS DIMENSÕES: 19CM DE COMPRIMENTO E 06 CM DE DIAMETRO	16,19	809,50
42890	Unid.	50	COLHER TIPO ESCUMADEIRA,EM INOX,MEDINDO: 19CM DE COMPRIMENTO E 06 CM DE DIAMETRO	17,88	894,00
38045	Unid.	16	CORTADOR DE LEGUMES MÉDIO, COM PÉS DE FORTE SUÇÃO A VÁCUO PARA SEGURANÇA E LÂMINAS AFIADAS PARA CORTAR EM ATÉ 36 TIRAS DE 12 X 12 MM. EJETOR E LÂMINAS REMOVÍVEIS. AÇO INOXIDÁVEL.	125,30	2.004,80
42891	Unid.	10	ESPREMEDOR DE BATATAS E LEGUMES,TRIANGULAR,COM LAMINA AÇO INOX,CABO METAL,MEDIDAS:11X12X33	39,25	392,50
42892	Unid.	800	FAÇA DE MESA EM AÇO INOX,EM PEÇA ÚNICA SEM EMENDAS, COM PONTA ARREDONDADA,COM 213 MM DE COMPRIMENTO,03MM DE ESPESSURA,102MM COMPRIMENTO LÂMINA,TOLERANCIA DE 10%.	3,42	2.736,00
42893	Unid.	45	FAÇA PARA LEGUMES,LAMINA INOX DE 3°POLEGADAS COM FIO LISO, CABO POLIPROPILENO NA COR PRETA,DIMENSÕES: 1X2X17CM(ALTURA,LARGURA,PROFUNDIDADE,PESO DE 0,024KG,TOLERANCIA 10%.	16,54	744,30
1005	Unid.	20	FAÇA PARA CORTE/COZINHA,CABO MADEIRA,COMPRIMENTO 20 CM,	15,89	317,80
38086	Unid.	70	DESCASCADOR E BOLEADOR DE LEGUMES EM PLÁSTICO BRANCO, MEDINDO 16,5X3,8X0,7CM, SENDO O CABO PLÁSTICO E LÂMINA INOXIDÁVEL.	14,93	1.045,10
42894	Unid.	120	JARRA EM ACRILICO,COR NATURAL TRANSPARENTE,ESPESSURA ACIMA DE 2MM,COM ALÇA , 16,3475TAMPA ACOPLADA E REMOVIVEL,CAPACIDADE DE 02 LITR50,53OS,PESO 0,300(KG)	10,01	1.201,20
38059	Unid.	30	PEGADOR DE MASSA, TODO EM AÇO INOXIDÁVEL (INCLUSIVE CABO), RESISTENTE, COM BRILHO, INTEIRIÇO, SEM REBARBAS, SEM EMENDAS, SEM REBITES, COM OS DOIS LADOS DENTADOS, MEDINDO 29CM DE COMPRIMENTO, 6,3CM DE LARGURA, 6CM DE ALTURA E PESO SEM EMBALAGEM 0,161KG.	16,34	490,20
38060	Unid.	13	PANELA TIPO CAÇAROLANº20,COM ALÇAS,TAMPA,TODA EM ALUMINIO BATIDO,SEM VIROLA ,COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 2,5 LTS	50,53	656,89
38061	Unid.	16	PANELA DO TIPO CAÇAROLA Nº 24, COM ALÇAS, TAMPA, TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, SEM VIROLA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 5 LITROS.	68,92	1.102,72
42895	Unid.	22	PANELA TIPO CAÇAROLA Nº 40,COM ALÇAS,TAMPA,TODA EM ALUMINIO BATIDO,SEM VIROLA,CAPACIDADE 09 LTS,DIAMETRO 40X40(42895)	232,96	5.125,12
38062	Unid.	10	PANELA DO TIPO CAÇAROLA Nº 46, COM ALÇAS, TAMPA, TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, SEM VIROLA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 18 LITROS.	359,45	3.594,50
38063	Unid.	03	PANELA DO TIPO CAÇAROLA Nº 55, COM ALÇAS, TAMPA, TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, SEM VIROLA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 48 LITROS.	577,07	1.731,21



42896	Unid.	18	PANELA DE PRESSÃO,POLIDA,FECHAMENTO EXTERNO,VALVULA DE SEGURANÇA DE SILICONE,MOLA E JANELA DE SEGURANÇA,CAPACIDADE 4,5 LTS,ALTURA 2420,001,5CM,LARGURA 19,5 CM,COMPRIMENTO 39,5 CM,PESO 1,7KG.(42896)	94,98	1.709,64
42897	Unid.	21	PANELA DE PRESSÃO,EM ALUMINIO COM TECNOLOGIA TURBO,POLIDA,FECHAMENTO EXTERNO,VALVULA DE SEGURANÇA DE SILICONE,MOLA E JANELA DE SEGURANÇA.CABO ERGONOMICO,CAPACIDADE DE 07 LTS,ALTURA 24,7CM,LARGURA 22,7 CM,COMPRIMENTO 39,8 CM,ESPESSURA 3MM,PESO DE 1,9Kg(sem embalagem) – (42897)	125,92	2.644,32
42898	Unid.	04	PANELA DE PRESSÃO ALUMINIO,POLIDA,FECHAMENTO EXTERNO,VALVULA DE SEGURANÇA EM SILICONE,MOLA E JANELA DE SEGURANÇA,CAPACIDADE 20,8 LTS,DIAMETRO 31,6CM, PESO 06KG COM EMBALAGEM – (ITEM42898)	462,88	1.851,52
36483	Unid.	54	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL – O PEDAL E ESTRUTURA PARA ABERTURA E FECHAMENTO DA TANPA EM ESTRUTURA METÁLICA COM TRATAMENTO ANTI CORROSÃO,COR BRANCA,CAPACIDADE 45 LTS,COM MEDIDAS APROXIMADAS:40X44CM(DIAMETROX ALTURA) – 10% DE TOLERANCIA(+ OU-)-(ITEM36483)	209,91	11.335,14
38074	Unid.	36	KIT DE TÁBUAS DE CORTE CONTENDO 3 TÁBUAS, SENDO 1 UNIDADE NA COR VERMELHA, 1 UNIDADE NA COR VERDE E UMA UNIDADE NA COR BRANCA, EM POLIPROPILENO, ATÓXICA, COM ADITIVO ANTIBACTERICIDA, COM BORDAS ARREDONDADAS, NAS DIMENSÕES: 50CM DE ALTURA, 30CM DE LARGURA, 1,5CM DE ESPESSURA.	285,00	10.260,00
38398	Unid.	3400	PRATO FUNDO PARA REFEIÇÃO, EM VIDRO TEMPERADO, REDONDO, INCOLOR/TRANSPARENTE (COM BORDAS LISAS E ISENTOS DE ESTAMPAS, REBARBAS, SALIENCIAS, PARTICULAS METALICAS, BOLHAS, MANCHAS, RISCOS).	6,44	21.896,00
36600	Unid.	35	BULE; PARA CAFE; DE ALUMINIO; COM CAPACIDADE MINIMA PARA 3LITROS; MEDINDO NO MINIMO 12CM DIAMETRO E 21,5CM ALTURA; ESPESSURA MINIMA DE 1,5MM; COM CABO DE BAQUELITE.	52,49	1.837,15
31398	Unid.	18	RALADOR DE ALIMENTOS, MATERIAL Aço INOXIDÁVEL, TIPO MANUAL, QUANTIDADE FACES 4, APLICAÇÃO COZINHA.	20,09	361,62
35819	Kg	50	SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM, NÃO RECICLADO, TRANSPARENTE, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,5 MM E MEDINDO 20 X 30 CM, EQUIVALENCIA DE 01 KG.	22,67	1.133,50
35820	Kg	130	SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM, NÃO RECICLADO, TRANSPARENTE, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,5 MM E MEDINDO 35 X 45 CM, EQUIVALENCIA DE 05 KG.	19,19	2.494,70
31394	Unid.	38	COADOR DE CAFÉ EM ALGODÃO CRU; NO FORMATO CÔNICO; NA COR BRANCA; COM CABO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 CM X 20 CM.	6,32	240,16
38397	Unid.	32	PENEIRA DE PLASTICO COM CABO, 12 CM DE DIAMETRO/COMPRIMENTO 25,2 CM/LARGURA 12,2 CM/ALTURA 6,8 CM/COR BRANCA OU BEGE.	8,61	275,52
756	Unid.	105	FILTRO DE BARRO, Nº 3, COM 2 VELAS	133,41	14.008,05
20979	Unid.	60	GARRAFA TÉRMICA, COM CORPO EXTERNO EM PLÁSTICO OU EQUIVALENTE, NA COR AZUL MARINHO, COM CAPACIDADE DE 1000 ML, COM ROSCA NA TAMPA E ALÇA FIXA.	26,16	1.569,60
762	Unid.	06	GARRAFA TÉRMICA, CAPAC. 5 L., EMBALAGEM EXTERNA EM MATERIAL PLÁSTICO OU EQUIVALENTE, NA COR AZUL MARINHO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2,5 MM, ENCHIMENTO EM ISOPOR PENSADO E REVESTIMENTO INTERNO EM MATERIAL REFRAATÁRIO. TAMPA COM SISTEMA DE FECHAMENTO POR ROSCA. TORNEIRA DE ESCOAMENTO NO RODAPÉ COM ALÇA DE TRANSPORTE	61,06	366,36
38083	Unid.	31	TABULEIRO/ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMÍNIO MÉDIO, MEDINDO 40CM DE COMPRIMENTO, 27CM DE LARGURA E 4,5CM DE ALTURA.	35,17	1.090,27
38084	Unid.	46	TABULEIRO/ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMÍNIO PEQUENO, MEDINDO 36CM DE COMPRIMENTO, 24CM DE LARGURA E 4CM DE ALTURA.	26,40	1214,40
42900	UNID	09	REFRIGERADOR COM CAPACIDADE PARA 380 LITROS COM 01 PORTA. DESCRIÇÃO MDO PRODUTO: 03 PRATELEIRAS MULTIPOSIÇÕES NO REFRIGERADOR. PORTA-LATAS INTELIGENTE. PÉS NIVELADORES. SEPARADOR DE GARRAFAS. PORTA-OVOS REMOVÍVEL. RASPADOR DE GELO. FÔRMA DE GELO. TENSÃO NOMINAL (V): 115 - 127 CLASSE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:A TIPO DE DEGÊLO:SEMI-AUTOMÁTICO COR: BRANCA CFC FREE - ECOLOGICAMENTE CORRETO GARANTIA MÍNIMA: 01 ANO	2,129,99	19.169,91



			CAPACIDADE DO FREEZER = 31 LITROS CAPACIDADE REFRIGERADOR = 312 LITROS CAPACIDADE TOTAL = 343 LITROS CONSUMO ENERGIA 110KWH/MÉS25.5 DIMENSÃO 1699X616X691MM POTENCIA 110W 116.0 127 VOLTS COR BRANCO		
38000	UNID	85	LIQUIDIFICADOR DOMESTICO 2 LITROS 127 V,PRETO	128,29	10.904,65
31010	UNID.	09	FOGÃO INDUSTRIAL 04 BOCAS COM BAIXA PRESSÃO, À GÁS, COM MANGUEIRA E REGULADOR. DESCRIÇÃO DO PRODUTO: FABRICADO EM AÇO GALVANIZADO. PINTURA ELETROSTÁTICA À PÓ. COM PORTA PAINELAS. 02 QUEIMADORES SIMPLES EM FERRO FUNDIDO, COM BAIXA PRESSÃO. 02 QUEIMADORES DUPLOS EM FERRO FUNDIDO, COM BAIXA PRESSÃO. SEM FORNO. DIMENSÕES: ALTURA APROXIMADA: 820 MM LARGURA APROXIMADA: 725 MM PROFUNDIDADE APROXIMADA: 830 MM	1.138,66	10.247,94
21910	UNID	12	FREEZER HORIZONTAL 419 LITROS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: TAMPAS BALANCEADAS PARA FACILITAR O MANUSEIO. DRENO DE DEGELO FRONTAL. FECHADURA DE SEGURANÇA. SISTEMA DUPLA FUNÇÃO, PODENDO SER USADO COMO FREEZER OU REFRIGERADOR. CONSUMO MÁXIMO DE 130 KWH/MÉS: NÃO CONTENDO CFC EM SEU SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO (TOTALMENTE ECOLÓGICO). PESO MÁXIMO DE 100KG GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 110 VOLTS MENOR NÍVEL DE RUÍDO DESIGN ARREDONDADO TECLA DE CONGELAMENTO RÁPIDO DIMENSÕES APROX. (L X A X P): 133,1 X 94,4 X 69CM	2.226,48	26.717,76

A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar PROSPECTO, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do(s) objeto(s).

4. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

As Despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária com a seguinte rubrica:

- 0211002.12.361.0016.2169.33.90.30 (Reduzida 1462).
- 0211002.12.361.0016.2169.44.90.52 (Reduzida 1469).
- 0211002.12.365.0016.2140.33.90.30 (Reduzida 1375).
- 0211002.12.365.0016.1142.44.90.52 (Reduzida 1503).

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço por item/lote, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Para cumprimento do disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123, todos os lotes deverão ser destinados a microempresas e empresas de pequeno porte.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- As entregas dos utensílios deverão ser efetuadas no Almoxarifado Central e os bens permanentes na Gerência de Patrimônio, em dia, horário e quantidades solicitadas;



- Entregar os produtos em meio de transporte e acondicionamento adequados de forma a garantir a qualidade dos mesmos;
- Na entrega dos materiais deverão se apresentar conforme as especificações do edital, considerando todas as especificações deste termo;
- Na entrega os materiais deverão se apresentar conforme as especificações do edital, considerando todas as especificações deste termo;
- Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o(s) objeto(s) que esteja(m) em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo do valor;
- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, o Município de Patos de Minas, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e/ou instrumento equivalente, podendo sustar ou recusar o produto em desacordo com as especificações;
- Proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega;
- Fiscalizar se o produto está sendo entregue conforme as especificações e exigências estabelecidas no contrato;
- Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada;
- Realizar o pagamento dos serviços prestados, nos termos do contrato e/ou instrumento equivalente.

8. DA PROPOSTA

A proposta de preço deverá ser apresentada conforme exigido no edital.

9. DO PAGAMENTO



- Os pagamentos serão efetuados em até 30(trinta) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica no setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação/ nº, nº item conforme edital, nº do contrato (se for o caso), preço unitário e preço total do(s) objeto(s), devidamente atestada pelo setor competente da Contratante, acompanhada das seguintes comprovações: regularidade junto à Fazenda Federal/Seguridade Social (DND CONJUNTA), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Justiça Trabalhista (CNDT) e às Fazendas Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;
- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA estando pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas;
- Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.
- A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.
- As notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua Proposta de Preços e documentos apresentados para habilitação, conforme exigido em edital.

10. CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA

A solicitação de entrega será feita pelo Almoarifado Central e Distribuição, parceladamente, através da Nota de Empenho, acompanhada ou não, por ofício devidamente assinado pela Gerência de Almoarifado Central. Toda entrega deverá ser feita somente mediante solicitação da Contratante, sob pena de devolução da mercadoria entregue.

As entregas deverão ser feitas em, no máximo 15 (quinze) dias, após a expedição da solicitação.

Os utensílios de copa e cozinha deverão ser entregue(s) no Almoarifado Central e Distribuição, à Av. Odilon Pessoa nº 159, Bairro Cidade Nova, no Município de Patos de Minas, em dias úteis, no horário de 12h às 18h, oportunidade em que serão devidamente conferidos, conforme nota fiscal que acompanhará o objeto.

Os bens permanentes deverão ser entregues na Gerência de Bens Patrimoniais: Avenida Tancredo Neves Nº 560 – Bairro Cidade Nova - Patos de Minas/MG, no horário de 12h às 18h, oportunidade em que serão devidamente conferidos, conforme nota fiscal que acompanhará o objeto.



11 . DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será de responsabilidade da Diretoria Administrativa da SEMED.

12) SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1- AOS LICITANTES:

Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% do valor do contrato e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, **o ADJUDICATÁRIO que:**

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

12.2- À CONTRATADA:

Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;



- b) 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- d) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção;
- e) As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- f) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

13 - DO CONTRATO

O contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 8.666/93 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

O Município reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.



Rege-se o objeto deste projeto básico pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº. 8.666/93.

14- DO SETOR PARTICIPANTE DO PROCESSO

- Secretaria Municipal de Educação
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Patos de Minas, 03 de novembro de 2017.

Maria de Lourdes Ferreira
Diretoria Administrativa



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Administração

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2017

Processo Nº 561/2017

Protocolo: 17.981 /2017

Razão Social do Licitante:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone :

Fax :

e-mail :

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (quando por sistema bancário):

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Identidade:

Órgão expedidor:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

e-mail:



LOTE	ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
01	42883	50	unid	BACIA PLASTICA REDONDA CANELADA NA COR BRANCA,COM DIMENSOES 11X30 CM,CAPACIDADE 4,6 LTS.			
02	42884	70	Unid.	BACIA PLASTICA REDONDA CANELADA NA COR BRANCA, DIMENSÕES 13,6 X 35 CM,CAPACIDADE 08 LTS ,MATERIA PRIMA POLIPROPILENO.			
03	38073	42	Unid.	BACIA PLÁSTICA REDONDA MÉDIA, PARA USO COM ALIMENTOS, EM POLIPROPILENO, COM AS DIMENSÕES: 15CM DE ALTURA, 38CM DE DIÂMETRO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 17 LITROS.			
04	44838	55	Unid.	BANDEJA BRANCA COM TAMPA, EM POLIPROPILENO,MEDINDO :10CM DE ALTURA/29CM DE LARGURA/41 CM DE PROFUNDIDADE/CAPACIDADE PARA 07 LTS.			
05	38076	55	Unid.	BANDEJA MÉDIA, EM POLIPROPILENO, BRANCA, MEDINDO 40CM DE COMPRIMENTO, 25CM DE LARGURA E 7CM DE ALTURA.			
06	38077	51	Unid.	BANDEJA PEQUENA, EM POLIPROPILENO, BRANCA, MEDINDO 30,2CM DE COMPRIMENTO, 20,8CM DE LARGURA E 6,3CM DE ALTURA.			
07	34014	25	Unid.	CANEÇÃO DE ALUMÍNIO EXTRA POLIDO DE 2 MM, COM ALÇA EM BAQUELITE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 2,7 LITROS			
08	38068	90	Unid.	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA PRODUZIDA EM MATÉRIA PRIMA VIRGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, COM TAMPA E FECHAMENTO HERMÉTICO, ATÓXICO, TIPO TOP STOCK MATERIAL RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 1,5 LITROS NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 17,5CM, 14,9 CM,6,3CM .			
09	38070	57	Unid.	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA PRODUZIDA EM MATÉRIA PRIMA VIRGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, COM TAMPA E FECHAMENTO HERMÉTICO, ATÓXICO, TIPO TOP STOCK MATERIAL RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 5,2 LITROS NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 14,0CM, 28,5 CM,20,5CM.			



10	38071	55	Unid.	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA PRODUZIDA EM MATÉRIA PRIMA VIRGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, COM TAMPA E FECHAMENTO HERMÉTICO, ATÓXICO, TIPO TOP STOCK MATERIAL RESISTENTE, CAPACIDADE PARA 20 LITROS NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 46CM, 30 CM,20CM.			
11	42885	155	Unid.	CAIXA VAZADA EMPILHAVEL,MATERIAL PE-AD(POLIETILENO ALTA DENSIDADE),MEDINDO 60CM COMPRIMENTO,40CM DE LARGURA E 24CM ALTURA, PESO DE 02 KG,COR AZUL			
12	42886	1100	Unid.	COLHER DE SOBREMESA,TODA EM AÇO INOXIDAVEL(INCLUSIVE CABO),SEM EMENDAS,MEDINDO 17,8 CM DE COMPRIMENTO E 2,5 MM DE ESPESSURA.			
13	38055	3600	Unid.	COLHER PARA SOPA, TODA EM AÇO INOXIDÁVEL (INCLUSIVE CABO), SEM EMENDAS, MEDINDO19,8CM DE COMPRIMENTO, ESPESSURA 2,5MM.2,983,80			
14	36601	1500	Unid.	GARFO DE MESA, TOTALMENTE EM AÇO INOXIDAVEL(INCLUSIVE CABO),PEÇA ÚNICA SEM EMENDAS,MEDINDO: 19,9CM DE COMPRIMENTO,2,5MM DE ESPESSURA.INOX AISI 304 OU 430.			
15	42887	70	Unid.	COLHER DE SERVIR ALUMINIO BATIDO,SEM REBITE,SEM SOLDA,SEM ENGATES, SEM EMENDAS,MEDINDO 30 CM COMPRIMENTO,02MM ESPESSURA,06 CM DE DIAMETRO(a parte mais larga),TOLERANCIA DE + OU -10%.			
16	42888	60	Unid.	CONCHA,EM ALUMINIO BATIDO ,SEM REBITE,SEM SOLDA,SEM EMENDAS,MEDINDO 30CM,03MM DE ESPESSURA E CAPACIDADE DE 100ML,TOLERANCIA DE + OU- 10%.			
17	38078	3500	Unid.	COPO DE VIDRO TEMPERADO 200ML COM REFERENCIA - 6 3/4 OZ - 20 CL H 145 MM - Ø 58,3 MM - 190G.			
18	42889	50	Unid.	CONCHA EM INOX,COM AS DIMENSÕES: 19CM DE COMPRIMENTO E 06 CM DE DIAMETRO			
19	42890	50	Unid.	COLHER TIPO ESCUMADEIRA,EM INOX,MEDINDO: 19CM DE COMPRIMENTO E 06 CM DE DIAMETRO			
20	38045	16	Unid.	CORTADOR DE LEGUMES MÉDIO, COM PÉS DE FORTE SUÇÃO A VÁCUO PARA SEGURANÇA E LÂMINAS AFIADAS PARA CORTAR EM ATÉ 36 TIRAS DE 12 X 12 MM. EJETOR E LÂMINAS REMOVÍVEIS. AÇO INOXIDÁVEL.			
21	42891	10	Unid.	ESPREDADOR DE BATATAS E LEGUMES,TRIANGULAR,COM LAMINA AÇO INOX,CABO METAL,MEDIDAS:11X12X33			
22	42892	800	Unid.	FACA DE MESA EM AÇO INOX,EM PEÇA ÚNICA SEM EMENDAS, COM PONTA ARREDONDADA,COM 213 MM DE COMPRIMENTO,03MM DE ESPESSURA,102MM COMPRIMENTO LÂMINA,TOLERANCIA DE 10%.			



23	42893	45	Unid.	FACA PARA LEGUMES,LAMINA INOX DE 3"POLEGADAS COM FIO LISO, CABO POLIPROPILENO NA COR PRETA,DIMENSÕES: 1X2X17CM(ALTURA,LARGURA,PROFUNDIDADE,PESO DE 0,024KG,TOLERANCIA 10%.			
24	1005	20	Unid.	FACA PARA CORTE/COZINHA,CABO MADEIRA,COMPRIMENTO 20 CM,			
25	38086	70	Unid.	DESCASCADOR E BOLEADOR DE LEGUMES EM PLÁSTICO BRANCO, MEDINDO 16,5X3,8X0,7CM, SENDO O CABO PLÁSTICO E LÂMINA INOXIDÁVEL.			
26	42894	120	Unid.	JARRA EM ACRILICO,COR NATURAL TRANSPARENTE,ESPESSURA ACIMA DE 2MM,COM ALÇA , 16,3475TAMPA ACOPLADA E REMOVIVEL,CAPACIDADE DE 02 LITR50,53OS,PESO 0,300(KG)			
27	38059	30	Unid.	PEGADOR DE MASSA, TODO EM AÇO INOXIDÁVEL (INCLUSIVE CABO), RESISTENTE, COM BRILHO, INTEIRIÇO, SEM REBARBAS, SEM EMENDAS, SEM REBITES, COM OS DOIS LADOS DENTADOS, MEDINDO 29CM DE COMPRIMENTO, 6,3CM DE LARGURA, 6CM DE ALTURA E PESO SEM EMBALAGEM 0,161KG.			
28	38060	13	Unid.	PANELA TIPO CAÇAROLANº20,COM ALÇAS,TAMPA,TODA EM ALUMINIO BATIDO,SEM VIROLA ,COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 2,5 LTS			
29	38061	16	Unid.	PANELA DO TIPO CAÇAROLA Nº 24, COM ALÇAS, TAMPA, TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, SEM VIROLA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 5 LITROS.			
30	42895	22	Unid.	PANELA TIPO CAÇAROLA Nº 40,COM ALÇAS,TAMPA,TODA EM ALUMINIO BATIDO,SEM VIROLA,CAPACIDADE 09 LTS,DIAMETRO 40X40(42895]			
31	38062	10	Unid.	PANELA DO TIPO CAÇAROLA Nº 46, COM ALÇAS, TAMPA, TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, SEM VIROLA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 18 LITROS.			
32	38063	03	Unid.	PANELA DO TIPO CAÇAROLA Nº 55, COM ALÇAS, TAMPA, TODA EM ALUMÍNIO BATIDO, SEM VIROLA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 48 LITROS.			
33	42896	18	Unid.	PANELA DE PRESSÃO,POLIDA,FECHAMENTO EXTERNO,VALVULA DE SEGURANÇA DE SILICONE,MOLA E JANELA DE SEGURANÇA,CAPACIDADE 4,5 LTS,ALTURA 2420,001,5CM,LARGURA 19,5 CM,COMPRIMENTO 39,5 CM,PESO 1,7KG.(42896			
34	42897	21	Unid.	PANELA DE PRESSÃO,EM ALUMINIO COM TECNOLOGIA TURBO,POLIDA,FECHAMENTO EXTERNO,VALVULA DE SEGURANÇA DE SILICONE,MOLA E JANELA DE SEGURANÇA.CABO ERGONOMICO,CAPACIDADE DE 07 LTS,ALTURA 24,7CM,LARGURA 22,7 CM,COMPRIMENTO 39,8 CM,ESPESSURA 3MM,PESO DE 1,9Kg(sem embalagem) – (42897)			



35	42898	04	Unid.	PANELA DE PRESSÃO ALUMINIO,POLIDA,FECHAMENTO EXTERNO,VALVULA DE SEGURANÇA EM SILICONE,MOLA E JANELA DE SEGURANÇA,CAPACIDADE 20,8 LTS,DIAMETRO 31,6CM, PESO 06KG COM EMBALAGEM – (ITEM42898)			
36	36483	54	Unid.	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL – O PEDAL E ESTRUTURA PARA ABERTURA E FECHAMENTO DA TANPA EM ESTRUTURA METÁLICA COM TRATAMENTO ANTI CORROSÃO,COR BRANCA,CAPACIDADE 45 LTS.COM MEDIDAS APROXIMADAS:40X44CM(DIAMETROX ALTURA) – 10% DE TOLERANCIA(+ OU-)-(ITEM36483)			
37	38074	36	Unid.	KIT DE TÁBUAS DE CORTE CONTENDO 3 TÁBUAS, SENDO 1 UNIDADE NA COR VERMELHA, 1 UNIDADE NA COR VERDE E UMA UNIDADE NA COR BRANCA, EM POLIPROPILENO, ATÓXICA, COM ADITIVO ANTIBACTERICIDA, COM BORDAS ARREDONDADAS, NAS DIMENSÕES: 50CM DE ALTURA, 30CM DE LARGURA, 1,5CM DE ESPESSURA.			
38	38398	3400	Unid.	PRATO FUNDO PARA REFEIÇÃO, EM VIDRO TEMPERADO, REDONDO, INCOLOR/TRANSPARENTE (COM BORDAS LISAS E ISENTOS DE ESTAMPAS, REBARBAS, SALIENCIAS, PARTICULAS METALICAS, BOLHAS, MANCHAS, RISCOS).			
39	36600	35	Unid.	BULE; PARA CAFE; DE ALUMINIO; COM CAPACIDADE MINIMA PARA 3LITROS; MEDINDO NO MINIMO 12CM DIAMETRO E 21,5CM ALTURA; ESPESSURA MINIMA DE 1,5MM; COM CABO DE BAQUELITE.			
40	31398	18	Unid.	RALADOR DE ALIMENTOS, MATERIAL Aço INOXIDÁVEL, TIPO MANUAL, QUANTIDADE FACES 4, APLICAÇÃO COZINHA.			
41	35819	50	Kg	SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM, NÃO RECICLADO, TRANSPARENTE, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,5 MM E MEDINDO 20 X 30 CM, EQUIVALENCIA DE 01 KG.			
42	35820	130	Kg	SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM, NÃO RECICLADO, TRANSPARENTE, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,5 MM E MEDINDO 35 X 45 CM, EQUIVALENCIA DE 05 KG.			
43	31394	38	Unid.	COADOR DE CAFÉ EM ALGODÃO CRU; NO FORMATO CÔNICO; NA COR BRANCA; COM CABO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 CM X 20 CM.			
44	38397	32	Unid.	PENEIRA DE PLASTICO COM CABO, 12 CM DE DIAMETRO/COMPRIMENTO 25,2 CM/LARGURA 12,2 CM/ALTURA 6,8 CM/COR BRANCA OU BEGE.			
45	756	105	Unid.	FILTRO DE BARRO, Nº 3, COM 2 VELAS			
46	20979	60	Unid.	GARRAFA TÉRMICA. COM CORPO EXTERNO EM PLÁSTICO OU EQUIVALENTE, NA COR AZUL MARINHO, COM CAPACIDADE DE 1000 ML, COM ROSCA NA TAMPA E ALÇA FIXA.			
47	762	06	Unid.	GARRAFA TÉRMICA, CAPAC. 5 L., EMBALAGEM EXTERNA EM MATERIAL PLÁSTICO OU EQUIVALENTE, NA COR AZUL MARINHO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2,5 MM, ENCHIMENTO EM ISOPOR Prensado E			



				REVESTIMENTO INTERNO EM MATERIAL REFRACTÁRIO. TAMPAS COM SISTEMA DE FECHAMENTO POR ROSCA. TORNEIRA DE ESCOAMENTO NO RODAPÉ COM ALÇA DE TRANSPORTE			
48	38083	31	Unid.	TABULEIRO/ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMÍNIO MÉDIO, MEDINDO 40CM DE COMPRIMENTO, 27CM DE LARGURA E 4,5CM DE ALTURA.			
49	38084	46	Unid.	TABULEIRO/ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMÍNIO PEQUENO, MEDINDO 36CM DE COMPRIMENTO, 24CM DE LARGURA E 4CM DE ALTURA.			
50	42900	09	UNID	REFRIGERADOR COM CAPACIDADE PARA 380 LITROS COM 01 PORTA. DESCRIÇÃO MDO PRODUTO: 03 PRATELEIRAS MULTIPOSIÇÕES NO REFRIGERADOR. PORTA-LATAS INTELIGENTE. PÉS NIVELADORES. SEPARADOR DE GARRAFAS. PORTA-OVOS REMOVÍVEL. RASPADOR DE GELO. FÔRMA DE GELO. TENSÃO NOMINAL (V): 115 - 127 CLASSE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: A TIPO DE DEGÊLO: SEMI-AUTOMÁTICO COR: BRANCA CFC FREE - ECOLOGICAMENTE CORRETO GARANTIA MÍNIMA: 01 ANO CAPACIDADE DO FREEZER = 31 LITROS CAPACIDADE REFRIGERADOR = 312 LITROS CAPACIDADE TOTAL = 343 LITROS CONSUMO ENERGIA 110KWH/MÊS 25.5 DIMENSÃO 1699X616X691MM POTENCIA 110W 116.0 127 VOLTS COR BRANCO			
51	38000	85	UNID	LIQUIDIFICADOR DOMESTICO 2 LITROS 127 V, PRETO			
52	31010	09	UNID.	FOGÃO INDUSTRIAL 04 BOCAS COM BAIXA PRESSÃO, À GAS, COM MANGUEIRA E REGULADOR. DESCRIÇÃO DO PRODUTO: FABRICADO EM AÇO GALVANIZADO. PINTURA ELETROSTÁTICA À PÓ. COM PORTA PÁNELAS. 02 QUEIMADORES SIMPLES EM FERRO FUNDIDO, COM BAIXA PRESSÃO. 02 QUEIMADORES DUPLOS EM FERRO FUNDIDO, COM BAIXA PRESSÃO. SEM FORNO. DIMENSÕES: ALTURA APROXIMADA: 820 MM LARGURA APROXIMADA: 725 MM PROFUNDIDADE APROXIMADA: 830 MM			
53	21910	12	UNID	FREEZER HORIZONTAL 419 LITROS, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES: TAMPAS BALANCEADAS PARA FACILITAR O MANUSEIO. DRENO DE DEGELAMENTO FRONTAL. FECHADURA DE SEGURANÇA. SISTEMA DUPLA FUNÇÃO, PODENDO SER USADO COMO FREEZER OU REFRIGERADOR. CONSUMO MÁXIMO DE 130 KWH/MÊS: NÃO CONTENDO CFC EM SEU SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO (TOTALMENTE ECOLÓGICO). PESO MÁXIMO DE 100KG GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 110 VOLTS MENOR NÍVEL DE RUIDO DESIGN ARREDONDADO TECLA DE CONGELAMENTO RÁPIDO DIMENSÕES APROX. (L X A X P): 133,1 X 94,4 X 69CM			

Valor Total: R\$ _____ (_____)



Observações:

- **Somente serão aceitas propostas com no máximo 02 (duas) casas decimais, sob pena de desclassificação;**
- **A empresa vencedora deverá apresentar PROSPECTO, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do(s) objeto(s).**
- **Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência.**
- **O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento dos materiais, bem como encargos sociais, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes e tributos, e tudo mais necessário à perfeita e cabal execução dos mesmos.**

Validade da Proposta / /

(no mínimo em 60 dias)

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data: / /

Assinatura:

Carimbo Padronizado



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Administração

ANEXO III

**ELETRÔNICO Nº 62/2017
PROCESSO Nº 561/2017
Protocolo: 17.981/2017**

Declaramos para os devidos fins de comprovação junto ao Município de Patos de Minas, que cumprimos as disposições referentes ao Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal.

Patos de Minas, de de

Razão Social do Licitante:

.....

CNPJ:

Nome do Representante Legal:

.....

Assinatura:

.....

CPF:



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2017

PROCESSO Nº 561/2017

PROTOCOLO 17.981/2017

A EMPRESA

....., sediada a

Rua....., nº.....,

Bairro....., CEP.....,

em..... estado, inscrita no CNPJ sob nº

....., neste ato representada pelo(a) Sr(a).

....., portador(a) da Carteira de Identidade

nº, inscrito(a) no CPF sob

nº....., **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra

como..... (MICRO EMPRESA?, EMPRESA DE PEQUENO PORTE?) nos termos do

art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os

benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das

vedações legais impostas pelo parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14

de dezembro de 2006.

Patos de Minas, _____ de _____ de _____.

Razão Social:

CNPJ.....

Nome Representante Legal

CPF

- Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Assinatura do Representante Legal

CARIMBRO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 62/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 561/2017
PROTOCOLO N° 17.981 /2017**

**MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO
PARCELADA DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA
DESTINADA AO ATENDIMENTO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE ENTRE SI FAZEM
O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A
EMPRESA/LICITANTE.....**

*(PODERÁ SER MODIFICADO PARA MELHOR ADEQUAÇÃO ao interesse
público)*

Aos ...dias do mês de do ano de, sede do Município de Patos de Minas, situada a Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado, nesta cidade, compareceram de um lado, o Sr. José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, solteiro, economista, CPF nº 001.482.701-82, residente e domiciliado à Rua Olegário Maciel, nº 298, Centro, CEP: 38.700-122 no uso das atribuições que a permitem representar o Município de Patos de Minas, CNPJ n.º 18.602.011/0001-07, e doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a Empresa/Licitante, CNPJ/ CPF nº, estabelecida na cidade de na , que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), CPF nº, nacionalidade, portador da Carteira de Identidade nº, órgão expedidor, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Geral do Município, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do artigo 38, da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993, em conformidade com o constante do Processo nº 561 de 21 de novembro de 2017, o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520 de 17/Julho/2002, Lei Estadual nº 14.167 de 10/Janeiro/2002, Decreto Municipal n. 4.288 de 12/abril/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de materiais de copa e cozinha destinada ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação, conforme itens constante do Anexo I e II, parte integrante deste instrumento, em quantitativos a serem informados pela CONTRATANTE, através de requisições.

Parágrafo primeiro – É facultado à CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, na forma do parágrafo 1º, do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Parágrafo segundo – Os quantitativos previstos poderão ser acrescentados ou suprimidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor inicial do contrato, conforme parágrafo primeiro, do Artigo 65, da Lei n.º 8666/93.

Parágrafo terceiro – A entrega/prestação do objeto/serviço obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo nº 561/2017, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariarem:

- a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2017;
- b) Proposta e Documentos que o acompanham, firmados pela CONTRATADA e apresentados à CONTRATANTE.

Parágrafo quarto – O produto/serviço ora adquirido/contratado foi objeto de licitação, de acordo com o disposto na Lei 10.520/02 e subsidiariamente na Lei 8.666/93, sob a modalidade mencionada na alínea “a” do parágrafo 3.º desta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da aquisição/prestação dos produtos/serviços licitados;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto do presente contrato;
- c) Emitir nota de empenho e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.



d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato/instrumento equivalente, podendo sustar ou recusar os serviços em desacordo com as especificações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Entregar/Prestar os produtos/serviços de acordo com o especificado neste Edital e seus anexos.

b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao objeto contratado;

c) Entregar/Prestar os produtos/serviços no local e prazo estipulado;

d) Substituir, no prazo de determinado por este Município, o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo de valor.

e) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato;

f) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato;

g) Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato;

h) Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

i) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;

j) Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;

k) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;



l) Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega/prestação do produto/serviço seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial.

m) Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até __/__/__, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 8.666/93 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____
(_____) pela entrega/prestação dos produtos/serviços, referente ao LOTE
_____ ITEM _____.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá garantir prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

b) advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;



c) multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial.

d) multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo.

e) multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pelo descumprimento de cláusulas contratuais.

f) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo único - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas a juízo da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA OITAVA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

O presente contrato terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, em órgão de imprensa oficial, de conformidade com o disposto no parágrafo único, do Art.61, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.



CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da entrega/prestação do produto/serviço será exercida por representante da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93). A fiscalização será de responsabilidade da Diretoria Administrativa da SEMED.

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos/serviços entregues, se em desacordo com o Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica no setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, nº e modalidade de licitação, nº do item, nº do contrato/instrumento equivalente, preço unitário e preço total do(s) produto(s)/serviço(s), devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE, acompanhada das seguintes comprovações: regularidade junto à Fazenda Federal (CND conjunta), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Justiça do Trabalho (CNDT) e às Fazendas Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.

Parágrafo primeiro - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do demonstrativo da entrega/prestação dos produtos/serviços, de acordo com as obrigações estabelecidas na Cláusula Terceira.

Parágrafo segundo - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.



Parágrafo Terceiro - Somente serão efetuados os pagamentos, às Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela empresa participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato ou instrumento equivalente.

Parágrafo quarto - As Notas Fiscais deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua proposta de preços (Anexo II do edital) e documentos apresentados para habilitação, conforme exigidos em edital.

Parágrafo quinto - Os valores serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da lei 10.192/2001 e, no que com ela não conflitam, com as disposições da Lei 8.666/93.

Parágrafo sexto - O reequilíbrio econômico financeiro desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

a) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços dos serviços, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

b) O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

c) Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RETENÇÕES (SE FOR O CASO)



Parágrafo primeiro - PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

Parágrafo segundo - Como decorrência da retenção, a CONTRATANTE obriga-se à recolher ao INSS a importância retida em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do estabelecimento da empresa CONTRATADA no CNPJ/MF e com a razão social da empresa CONTRATANTE e CONTRATADA, até o dia dois do mês seguinte ao da data da emissão da fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia dois.

Parágrafo terceiro - Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras das Instruções editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Parágrafo quarto - A falta de destaque do valor de retenção no documento autoriza que a CONTRATANTE proceda a devida retenção sobre o título de cobrança ou o devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

Parágrafo quinto – A contratada deverá apresentar planilha que comprove a parte de fornecimento de materiais discriminada na nota fiscal de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO)

Em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003, a CONTRATADA deverá destacar alíquota correspondente ao serviço prestado observando a Tabela I da referida Lei, calculada sobre o valor bruto da nota fiscal.

Parágrafo primeiro - Na emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor do imposto, no campo específico, observada a legislação pertinente.



Parágrafo segundo - A falta de destaque do valor do imposto no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE proceda o devido desconto sobre o título de cobrança ou devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As Despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária com a seguinte rubrica:

- 0211002.12.361.0016.2169.33.90.30 (Reduzida 1462).
- 0211002.12.361.0016.2169.44.90.52 (Reduzida 1469).
- 0211002.12.365.0016.2140.33.90.30 (Reduzida 1375).
- 0211002.12.365.0016.1142.44.90.52 (Reduzida 1503).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Patos de Minas.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES, tendo sido arquivado no Município de Patos de Minas, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Patos de Minas, de de

José Eustáquio Rodrigues Alves
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

.....